



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
PROCURADORES PF-UFES

---

**PARECER n. 00557/2021/PROC UFES/PFUFES/PGF/AGU**

**NUP: 23068.072561/2021-64**

**INTERESSADOS: JULIO CESAR FABRIS**

**ASSUNTOS: ADMINISTRAÇÃO GERAL: ACORDOS. AJUSTES. CONTRATOS. CONVÊNIOS.**

EMENTA: PROTOCOLO DE INTENÇÕES ENTRE INSTITUIÇÕES.  
COOPERAÇÃO ACADÊMICA INTERNACIONAL. SEM ÓBICE JURÍDICO.

Senhor Diretor de Projetos Institucionais,

## **RELATÓRIO**

1. Trata-se de Protocolo de Intenções a ser firmado entre a UFES e o Observatoire de la Côte d'Azur (França), conforme sequencial 1.
2. Consta dos autos justificativa de interesse institucional, devidamente assinada, ressaltando a importância da assinatura do protocolo de intenções (sequencial 7): "Ressalta-se a importância da assinatura deste Protocolo de Intenções para Cooperação Acadêmica entre a Universidade Federal do Espírito Santo (Brasil) e o Observatoire de la Côte d'Azur (França) [...] Entende-se que a assinatura deste Protocolo dará suporte à cooperação internacional, possibilitando, acima de tudo, a integração e o desenvolvimento da comunidade universitária."
3. É o relatório. Analisa-se.

## **ANÁLISE JURÍDICA**

4. A definição de Acordos de Cooperação ou Protocolo de Intenções não está explícita em legislação ou normas oficiais, mas sim em peças processuais como o Parecer 15/2013 da Advocacia Geral da União que define o acordo de cooperação como um instrumento jurídico formalizado entre órgãos e entidades da Administração Pública ou entre estes e entidades privadas sem fins lucrativos com o objetivo de firmar interesse de mútua cooperação técnica visando a execução de programas de trabalho, projetos/atividade ou evento de interesse recíproco, da qual não decorra obrigação de repasse de recursos entre os participantes.
5. Ademais, ressalta-se que "Protocolo de Intenções", que é o caso dos autos, constitui-se em genuína etapa preliminar à celebração de futuros acordos ou convênios. Assim, por não ser imprescindível a sua existência, apresenta-se de forma mais simplificada, não se exigindo em seu conteúdo, a presença dos requisitos estabelecidos no art. 116, da Lei nº 8.666/93 e demais alterações. Na realidade é apenas um documento de feição generativa e prévia, caracterizada pela ausência de rigor formal e por configurar enunciado de vontades das partes a se concretizar em tempo futuro. Tem como requisitos: a capacidade das partes signatárias, a licitude e legalidade do objeto e o interesse institucional. Seu teor deve prever as ações e as formas (acordos, convênios, contratos e outras) pelas quais se desencadeará o objeto.

6. Pontua-se, ainda, que, conforme supracitado, consta dos autos justificativa de interesse institucional devidamente assinada (sequencial 8) demonstrando o interesse público no presente acordo. Ainda, que anteriormente, conforme despacho da Secretaria de Relações Internacionais - SRI, ao sequencial 4, *"a Ufes teve acordo ativo com essa instituição estrangeira entre 2013 e 2015."*

## CONCLUSÃO

7. Sendo assim, mediante o exposto, manifesta-se pela aprovação do Protocolo de Intenções a ser celebrado entre a Universidade Federal do Espírito Santo (Brasil) e Observatoire de la Côte d'Azur (França) (Sequencial 1).

8. Era este o entendimento que gostaria de submeter à decisão do senhor.

Vitória, 30 de novembro de 2021.

**Francisco Vieira Lima Neto**  
Procurador Federal  
OAB/ES 4.619 – SIAPE 0298168

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 23068072561202164 e da chave de acesso 3ce66d68